Elaboração de um Guia Orientador para nortear as intervenções pedagógicas e organização do Atendimento Educacional Especializado em nas Salas de Recursos Multifuncionais

Elaboration of a Guidance Guide to guide the pedagogical interventions and organization of the Specialized Educational Assistance in the Multifunctional Resource Rooms

Glaura Cristina Oliveira Braga[1]

Resumo

Este trabalho, fruto de estudo do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão/UFF, se preocupa com a escola, as tensões diante do diferenciado público que a constitui e as orientações das políticas públicas para educação inclusiva e escolarização de alunos com deficiência. Tem como objetivo elaborar base teórica para a construção de um guia orientador para o professor que atua em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no Atendimento Educacional Especializado (AEE), contendo instruções e proposições que possam nortear e qualificar o AEE em SRM. O estudo fundamenta-se em: educação inclusiva e o serviço de AEE e na legislação que rege as políticas públicas educacionais Inclusivas, nas orientações do MEC quanto ao trabalho do AEE, (Brasil, 1996/2008/2009/2015; Mendes, 2006; Meireles, 2014; Longhi, 2005; Moreira, 2011/2016; Pintor, 2017; Sassaki, 1997). A pesquisa se caracteriza como bibliográfica e empiricamente

[1]Mestranda em Curso de Mestrado Profissional de Diversidade e Inclusão (CMPDI)-Universidade Federal Fluminense (UFF)-Graduada em Pedagogia- Universidade Estadual Do Rio de Janeiro (UERJ)-Pós-graduação em Psicopedagogia no Cotidiano Escolar pela UFF/ Rio de Janeiro (RJ)- Brasil. E-mail: glaurabraga@gmail.com

fundamentada para aprimorar a prática. Como resultados preliminares, foi possível perceber que existem muitos questionamentos sobre teoria e prática pedagógica para atuação de professores em SRMs e que o guia orientador poderá contribuir com a formação e atuação desses professores junto aos alunos com deficiência. Atualmente, estamos na fase de conclusão da pesquisa bibliográfica e construção do guia orientador.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Guia Orientador

1-Introdução

Nos últimos anos, as mudanças ligadas à educação inclusiva têm sido respaldadas por legislações internacionais como a Declaração Mundial de Educação Para Todos[2] (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca[3] (CORDE, 1994) que fomentaram a discussão da inclusão com a defesa da ideia de que os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos independentemente de suas capacidades. Ao mesmo tempo, aponta a escolarização de crianças em escolas especiais, nos casos em que a educação regular não puder satisfazer às necessidades educativas ou sociais do aluno. Esse movimento trouxe

[2] Nome genérico dado à conferência realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, em 1990, denominada Conferência Mundial sobre Educação para Todos, cujo objetivo era estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, condição insubstituível para o advento de uma sociedade mais humana e mais justa.

[3] A **Declaração de Salamanca** (Salamanca - 1994) é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial. Adotada em Assembleia Geral, apresenta os *Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência*. É considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam a inclusão social, juntamente com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1988) e da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990). Faz parte da tendência mundial que vem consolidando a educação inclusiva.

avanços importantes ao chamar atenção dos governantes para a necessidade de aplicar todo investimento possível, para o redimensionamento das escolas, com o objetivo de atender a todas as crianças, independente de suas especificidades.

Assim, a educação trilhou caminhos para construir o conceito de educação inclusiva e democrática para todos. De acordo com Mendes (2006), na proposta da inclusão são as instituições e demais espaços sociais que devem se adaptar e buscar atender às pessoas com deficiência. Desse modo, será preciso, também, repensar o papel da escola e do professor na proposição de alternativas que viabilizem a educação de todos.

O Brasil, nessa perspectiva, por meio de legislações e políticas públicas que têm suporte fundamental na Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), vem estruturando a proposta de educação inclusiva. Segundo Mazzota (2005), essa lei pode ser considerada como o principal instrumento normativo da educação brasileira, pois disciplina a educação escolar em todos os seus níveis e modalidades. E, por conseguinte, estabelece o direito de todos à educação, sendo o dever do Estado e da família promovê-la, conforme enfatiza o Art. 2 sobre os princípios da educação nacional.

O referido artigo (Brasil,1996) rege a educação para todos com igualdade de condições para o acesso e desenvolvimento integral, garantindo a escolarização de crianças em situação de deficiência como sendo um dever do estado, de forma pública, gratuita e com cuidados para a sua permanência na escola.

Para tanto, se faz necessário mudanças na estrutura do ensino tornando a escola um espaço democrático, de modo a garantir a todos os alunos sua permanência e apropriação do conhecimento. A Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva tem, hoje, a missão de transcorrer por todos os níveis e modalidades de ensino, de maneira a proporcionar acessibilidade e aproveitamento escolar aos alunos com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais. Nessa perspectiva, a educação propõe uma nova cultura escolar envolvendo a formação dos indivíduos para uma sociedade mais humana.

Desse modo, vale repensar toda a estrutura educacional, no que se referem aos tempos, espaços e propostas pedagógicas.

Segundo afirmação de Sassaki (1997, p. 41), "a inclusão pode ser conceituada como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiências e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade." A inclusão se constitui, então, em mudanças na sociedade e nos seus sistemas, onde tanto as pessoas excluídas como a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, buscar soluções e efetivar oportunidades para todos.

Nesse contexto, foi publicado, em 2008, o documento intitulado "Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva" (PNEE-EI), do Ministério da Educação (MEC), no qual consta que: [...] o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais. (Brasil, 2008a, p. 08).

Percebe-se, assim, que a PNEE-EI traz em seu objetivo garantias que poderiam, de fato, possibilitar um trabalho escolar que leve em conta os processos de inclusão. A respeito da referida Política, Mantoan (*apud* Meireles, 2014, p.88), considera que:

> A proposta brasileira de educação especial, na perspectiva inclusiva, se diferencia das demais, porque garante a educação a todos os alunos, indistintamente, em escolas comuns de ensino regular e a complementação do ensino especial. Essa inovação como está claro na nova Política Nacional de Educação Especial, não só redimensiona a Educação Especial, como provoca a escola comum, para que dê conta das diferenças na sua concepção, organização e práticas pedagógicas.

É importante salientar que esses planos não são ações que possam acontecer de maneira isolada pela escola. Seria ingenuidade pensar que a escola poderia resolver questões culturais e pragmáticas quanto à inclusão/exclusão, porém como diz Meireles, (2014, p.88) "torna-se um desafio vencer os temores que ainda existem no sistema de ensino e na cultura escolar, assim como, encontrar mecanismos de efetivação dos direitos

de todos os indivíduos no que se refere a uma educação democrática cada vez mais presente".

A educação inclusiva é um processo em pleno desenvolvimento, carecendo de reflexões e especialmente ações concretas para alcançar práticas eficientes. Um trabalho que requer o envolvimento da sociedade e de todos os profissionais da educação. Na avaliação de Piovesan (2008, p.4), [...] as ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo – no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório –, mas também prospectivo – no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade.

As mudanças têm sido propostas pelas legislações que visam implementar medidas compensatórias para os anos de exclusão e direcionar ações políticas que favoreçam a inclusão de todos. Assim, o incentivo das políticas públicas e os investimentos na organização dos AEEs tem oportunizado aos ambientes escolares maior possibilidade de concretizar os ideais norteadores de uma política pública de inclusão.

Tendo em vista a importância de ações para a efetiva inclusão de alunos na rede de ensino, este estudo, que é parte de uma dissertação de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão na Universidade Federal Fluminense/UFF, ainda em andamento, tem como objetivo elaborar base teórica para a construção de um guia orientador para o professor que atua em Salas de Recursos no Atendimento Educacional Especializado (AEE), contendo instruções e proposições que possam nortear e qualificar o AEE em Salas de Recursos Multifuncionais.

Assim, este estudo reconhece a necessidade de avançar com ações que efetivem a inclusão social em nossa sociedade. Concordamos com Pintor, (2017, p.47) ao afirmar que "a inclusão social e educacional, dessa forma, se constitui como imperativo das atuais políticas públicas, buscando garantir o direito de ser, de estar, de aprender e de conviver, pilares da educação para este novo milênio". O processo de mudanças educacionais

envolve toda a sociedade, pois exige um novo olhar, um ser humano que se identifique nos direitos e deveres junto ao outro.

2- O lugar do AEE na Política de Educação Especial e os desafios do professor de AEE.

O processo de inclusão coloca em visibilidade a conquista de melhorias na educação com investimentos de políticas públicas que trará ganhos para toda população. De acordo com Brasil (2015):

> No paradigma da inclusão, à sociedade cabe promover as condições de acessibilidade necessárias a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viverem de forma independente e participarem plenamente de todos os aspectos da vida. Nesse contexto, a educação inclusiva torna-se um direito inquestionável e incondicional. (Brasil, 2015a, p.11)

O conceito de Educação Inclusiva está se formando e requer práticas de ensino que atendam as especificidades dos alunos em todos os níveis do ensino. A Educação Especial como modalidade deve ser oferecida para todos os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Esse conceito nos faz refletir sobre a importância das políticas públicas direcionarem investimentos e recursos que tornem acessíveis diferentes espaços de convívio para as pessoas com necessidades especiais. São atitudes de respeito e compreensão com as diferenças que possibilitarão novo acesso, não somente a espaços mas também ao conhecimento, à autonomia e à vida construída com mais independência.

A fim de estabelecer essa nova cultura escolar, a política educacional brasileira prevê que haja, nas escolas regulares ou instituições especializadas, um Atendimento Educacional Especializado (AEE) que atuará como suporte para a escola inclusiva, pois os alunos com deficiências precisam de estratégias diferenciadas que auxiliem no processo de ensino aprendizagem.

A construção do trabalho do AEE vai sendo desenhada para que os alunos estejam inseridos em turmas regulares, mas que possam contar com o apoio pedagógico dos professores do AEE para identificarem, organizarem e elaborarem o material necessário para atendimento das necessidades diante do contexto educacional.

O trabalho desenvolvido pelo AEE não se apresenta, em nenhum momento, como substitutivo ao trabalho do ensino regular, mas exerce uma característica que pode ser complementar e/ou suplementar, pois as ações são desenvolvidas para que o aluno receba condições de desenvolver-se levando em conta o princípio de igualdade.

A Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008a), orienta que o lugar de matrícula e acesso à escola é pelo ensino regular, onde o Atendimento Educacional Especializado é a oferta de serviço de apoio para todas as demandas decorrentes dos alunos com necessidades especiais. Além do que estava previsto no Decreto nº 7611/2008b, a Resolução nº4/2009, do Conselho Nacional de Educação, da Câmara de Educação Básica (Brasil, 2009) institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial, estabelecendo, mais uma vez, a matrícula dupla dos alunos com necessidades educacionais especiais, a saber: nas classes regulares **e** no AEE.

O artigo 2º da mesma Resolução esclarece que a função do AEE é "complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação a sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem." O AEE, então, se destina a garantir a permanência do aluno na escola regular, promovendo primeiro o acesso ao currículo, por meio de acessibilidade física como adaptações arquitetônicas, oferta de transporte, adequação de mobiliário e de equipamentos, acesso a sistemas de comunicação. Dado o acesso, como consequência, para o ensino em si, o AEE tem como finalidade, também, favorecer a organização de materiais didáticos e pedagógicos, estratégias diferenciadas,

instrumentos de avaliação adequados às necessidades do aluno para que, de fato, sua permanência na escola lhe proporcione desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Desse modo, o AEE destina-se a atender a legislação vigente no que diz respeito à garantia da permanência de alunos com deficiência na escola regular, possibilitando o acesso ao currículo por meio de adaptações, quando necessárias, além de todas as outras adequações essenciais, como garantia de adequação de mobiliário, equipamentos, acesso ao sistema de comunicação, estratégias e recursos específicos, dentre outros. O AEE deverá ser realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) sendo esse o espaço destinado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e, também, para o desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos estudantes, público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social (MEC, 2012).

O atendimento no AEE deve trabalhar as reais necessidades dos alunos com necessidades especiais, com respeito aos ritmos e estilos diversos de aprendizagem, além de desenvolver a autonomia, facilitar o processo de inclusão por meio dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. É importante desenvolver uma dinâmica de trabalho condizente com as potencialidades desses sujeitos e que promova o desenvolvimento de habilidades que potencializarão o aprendizado na sala de aula inclusiva. O AEE poderá ser realizado em atendimentos individuais ou em grupos, de acordo com as necessidades dos alunos.

A atuação no AEE precisa de um caráter interativo e interdisciplinar, para tanto, deve acompanhar o trabalho na turma regular, em concomitância com os da sala de recursos e também nos centros de atendimento, nos núcleos de acessibilidade das

instituições superiores, nas classes hospitalares, para oferta de serviços e recursos de educação especial (Brasil, 2008a).

Refletir sobre o fazer pedagógico do professor que atua no AEE é um desafio constante, pois suas práticas estão centradas em novas atribuições, a fim de oferecer estratégias diferenciadas para o pleno desenvolvimento do público em questão.

A educação inclusiva demanda políticas e recursos. Mas, acima de tudo, demanda compreender as diferenças como constituição da própria humanidade. E na sociedade, nos espaços escolares onde construímos experiências com as diferenças, recebemos influência cultural em meio a tanta diversidade. Então, formar um conceito de possibilidades e acessibilidades para todos, demanda práticas educativas que reconheçam as diferenças, mas que se apropriem de novas atitudes para derrubar preconceitos estabelecidos até aqui.

3- O papel da intervenção pedagógica do professor de AEE e sua ação significativa para a aprendizagem

A mediação[4] pedagógica na contemporaneidade tem se tornado uma ferramenta importante em todo o contexto educacional, pois promove a interação[5] entre a ação de ensinar e aprender. O papel desempenhado pelo professor em relação aos alunos será, em princípio, com o objetivo de desenvolver autonomia, independência, ampliar o envolvimento com a cultura, com o outro e com o mundo, de maneira a potencializar habilidades, despertar sonhos e ter iniciativa para intervir na realidade. Sendo assim, o professor precisa conhecer seus alunos, suas realidades culturais e o meio em que vivem para que a intervenção possa ser feita de acordo com as necessidades e potencial de cada aluno.

[4] Mediação em termos genéricos é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento (Oliveira 2002, p. 26).
[5] Habermas emprega o conceito de "interação" como sinônimo do conceito de "agir social". Para ele o conceito de "interação" é um conceito complexo e que para melhor entendê-lo é necessário analisá-lo "com o auxílio dos conceitos elementares 'agir' e 'falar" (Habermas, 2002d, 70).

A aproximação do professor com a vida e o grupo social em que o aluno está inserido permite compreender a realidade e as necessidades apresentadas pelos alunos. Da mesma maneira, também é importante que o professor conheça os conceitos, valores e hábitos que permeiam o ambiente no qual está inserido. A partir desses conhecimentos, será possível pensar ações educativas que privilegiem a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno. Para Longhi (2005):

> A ação educativa abrange as ações intencionais cuja finalidade (imediata ou futura) é a formação do aluno, segundo os critérios da teoria do agir comunicativo e os agentes são os profissionais integrantes da comunidade escolar. A interação professor-aluno é assimétrica e necessita estar orientada para a formação do aluno tendo como referência o agir comunicativo. (Longhi, 2005, p.13)

As ações educativas devem ser interessantes para o aluno, de maneira que possibilitem a construção de autonomia, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e potencialidades. Os professores e alunos envolvidos nessa comunicação agem motivados por objetivos que se cruzam por meio das ações e intenções.

Nesse processo de interação entre professor e aluno, os desafios são propostos com intenção de provocar novas aprendizagens significativas[6], envolvendo aquisição e construção de significados. Para tornar a aprendizagem significativa precisamos entender o papel dos docentes na proposição de situações que favoreçam a aprendizagem. A teoria de Ausubel (*apud* Moreira, 2016, p.6) nos traz esse recorte: "se tivesse que reduzir toda a psicologia educacional a um só princípio, diria o seguinte: o fator isolado mais importante que influencia aprendizagem é aquilo que o aprendiz já sabe. Averigue isso e ensine-o de acordo".

Ao criar possibilidades de construir novos conhecimentos, o professor deve considerar "aquilo que o aprendiz já sabe". Ausubel está considerando a estrutura

[6] O conhecimento é significativo por definição. É o produto significativo de um processo psicológico cognitivo ("saber") que envolve a interacção entre ideias "logicamente" (culturalmente) significativas, ideias anteriores ("ancoradas") relevantes da estrutura cognitiva particular do aprendiz (ou estrutura dos conhecimentos deste) e o "mecanismo" mental do mesmo para aprender de forma significativa ou para adquirir e reter conhecimentos. (Ausubel, 2003)

cognitiva, o conhecimento já organizado pelo aluno e como as suas ideias estão organizadas em referência ao ensino proposto. O conteúdo deve ter significado para o aprendiz, chamando a atenção, não apenas para o conteúdo já adquirido mas também para a estrutura cognitiva organizada até aquele momento.

Para Moreira (2016), essa é uma tarefa que requer observação, análise para "desvelar a estrutura cognitiva preexistente", para perceber os conceitos já formados e as ideias relacionadas ao contexto e à sua organização. Não há como se basear em conteúdos memorizados e sem significado para o aprendiz, e sim, em estruturas cognitivas que foram organizadas até o momento.

Para tal, o professor precisa conhecer mais sobre como o conhecimento se organiza junto ao seu aluno, planejar atividades que oportunizem o diálogo, a reflexão, a formação das ideias e organização das estruturas cognitivas sobre os conceitos, para tornar a aprendizagem significativa.

Para Ausubel (1963, p.58) "[...] a aprendizagem significativa é o mecanismo humano, por excelência, para adquirir e armazenar a vasta quantidade de ideias e informações representadas em qualquer campo de conhecimento". Os significados estão relacionados à experiência do indivíduo, os conceitos formados na estrutura cognitiva do aprendiz e precisam fazer sentido, de modo a ancorar-se em conceitos já existentes na estrutura cognitiva do aluno.

O ensino deve dispor ao aprendiz materiais que sejam relevantes, acessíveis, claros que facilitem a aprendizagem de significados, a fim de construírem seu próprio conceito em relação ao novo assunto. Entendendo-se como aquisição cognitiva que evolui no tempo e modifica o conhecimento anterior, construindo novos esquemas.

Seguindo concepção semelhante à de Ausubel, Moreira (2011, p. 60) conceitua a aprendizagem significativa sendo, [...] quando novos conhecimentos (conceitos, ideias, proposições, modelos, fórmulas) passam a significar algo para o aprendiz, quando ele é capaz de

explicar situações com suas próprias palavras, quando é capaz de resolver problemas novos, enfim, quando compreende (Moreira, 2011, p. 60)

Construir novas aprendizagens vai além de apropriar-se de novas informações. Aprender está ligado a formar novos conceitos, que são internalizados pelo indivíduo, partindo da sua interação com o mundo, por intervenções mediadas pelo social. Essas ações possibilitam ao indivíduo formar novas aprendizagens, que serão utilizadas em diferentes contextos.

Ensinar e aprender são processos complexos que exigem metodologias específicas para o desenvolvimento de habilidades e novas competências entre os envolvidos. Para que esses processos sejam viabilizados, faz-se necessário pensar em estratégias que favoreçam a criação de oportunidades que estimulem o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos, de maneira a construir pontes entre um conhecimento já estabelecido e outro ainda em construção. O processo pode ser visto como um olhar a mais de humanização, de aproximar-se do outro com intencionalidade, trabalhar com o potencial do sujeito, sua possibilidade de realizar novas conexões, de ensinar e aprender, de aprender a aprender. Para tal, torna-se necessário interagir, trocar entre os pares, entender o que o outro precisa e o momento de aproximar-se e de afastar-se, de se apropriar da cultura e ser capaz de modificar a realidade presente.

Os professores precisam compreender como promover e estimular o processo dos diferentes modos de construção de aprendizagem. O ato de ensinar e aprender estão impregnados de intencionalidade. O ambiente social está imerso de representações culturais que influenciam no desenvolvimento do ser humano. Dessa maneira, provoca curiosidade o desejo por aprender, por novos desafios que são mediados pela presença do outro, no caso, o professor.

Os alunos com deficiência incluídos nas escolas regulares deverão contar com o trabalho do professor/mediador que acredite no seu potencial e no desafio de criar

estratégias diversificadas para superar as limitações. O ser humano, mediado pelo outro ou por instrumentos que facilitem o processo de aprendizagem, terá possibilidade de ampliar as suas relações com o mundo, com os estímulos a sua volta e assim criar novas conexões para o desenvolvimento de sua inteligência.

De acordo com Vygotsky (1995, p. 3): "a criança cujo desenvolvimento se há complicado por um defeito, não é simplesmente menos desenvolvido que seus coetáneos normais, é uma criança que desenvolvida de outra forma". O uso da palavra "defeito" nos remete hoje para "deficiência" da criança e destaca a necessidade de conhecer e aproveitar as potencialidades, as qualidades dela.

O professor que compreende o seu papel mediador, que conhece o seu aluno, e tem expectativas para o seu desenvolvimento e construção de sua autonomia promoverá práticas com intencionalidade, com olhar para o todo, mas percebendo o que o aluno já aprendeu e o que ainda está em construção. Acreditará no potencial e não na dificuldade causada pela deficiência. Sabendo a importância de valorizar as conquistas e avaliar os possíveis desafios na aquisição de novos saberes.

Metodologia

A presente pesquisa, ainda em andamento, traz como projeto construir um guia orientador para o desenvolvimento do trabalho dos professores de Sala de Recursos Multifuncionais, que servirá como norteador do Atendimento Educacional Especializado, no que se refere às práticas cotidianas, à organização dos atendimentos e aspectos curriculares para alunos com necessidades especiais inseridos em classe regular.

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, realizada para dar suporte teórico à construção de um guia norteador para o AEE em Sala de Recursos Multifuncionais, durante o Curso de Mestrado em Diversidade e Inclusão/CMPDI na Universidade Federal Fluminense/UFF. Para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica

com reflexões sobre as políticas públicas que implementam a educação inclusiva e o serviço de AEE (Brasil, 1996/2008/2009/2015, Mendes, 2006; Meireles, 2014; Longhi, 2005; Moreira, 2011/2016). Os resultados parciais se apresentam em forma de reflexões teóricas que embasarão a construção do produto final: a construção do guia orientador. O material final constará de instrumentos para o processo de avaliação, intervenção e de elaboração do Plano de Atendimento Educacional Individualizado, que visa desenvolver ações do AEE que facilite o acesso dos alunos aos conhecimentos e habilidades necessárias ao seu pleno desenvolvimento, favorecendo assim a formação de conceitos, sua progressiva autonomia, participação e interação nas atividades do cotidiano social e escolar.

Com esse guia norteador, temos a intenção de subsidiar o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais inseridos em turmas regulares inclusivas e com atendimento educacional das SRMs.

Considerações

A educação tem oportunizado à sociedade a compreensão que as diferenças entre os seres humanos não são impedimentos para o convívio cultural e social. Como um direito de todos, ela deve garantir a permanência e criar meios para transpor barreiras de ensino e aprendizagem, para o desenvolvimento dos saberes constituídos na relação entre os pares na escola.

Novas perspectivas estão sendo direcionadas por meio das políticas públicas para que a educação inclusiva possa promover condições para que o aluno com deficiência construa de modo igualitário, autonomia, independência, conhecimento e se aproprie dos direitos e deveres como cidadão. Para tal, contamos com o trabalho realizado pelo AEE, onde o professor exerce o papel de mediador no curso do desenvolvimento da aprendizagem.

O trabalho desenvolvido pelo AEE cria meios para o acesso ao currículo, adaptações de materiais didáticos e pedagógicos, todos os instrumentos que viabilizam o acesso ao ensino, que oportunizam aprendizagens significativas para os alunos. Assim, a formação dos professores e a disponibilidade de recursos que facilitem o processo de inclusão dos alunos têm sido alvo de investimento importante da educação.

A proposta de criar um guia orientador para facilitar e aprimorar as ações educacionais junto ao professor de sala de recursos visa contribuir com a afirmação de políticas públicas de inclusão. Esperamos que se torne um documento de domínio público, a fim de tornar o AEE ainda mais prático e que oportunize melhores condições de atendimento aos alunos com necessidades especiais.

Referências:

Ausubel, David. P. (1963): The psychology of meaningful verbal learning. New York, Grune and Stratton

Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dez. 1996.

Brasil. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, 2008. **Secretaria de Educação Especial.**

Brasil. Decreto Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado.

Brasil. Ministério da Educação. Resolução Nº 4: Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

Brasil. Orientação para implementação da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2015.

CORDE. **Declaração de Salamanca e suas linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF, 1994. Disponível em: www.mec.seesp.gov.br; http://www.sedh.gov.br

Longhi. Armindo José. L861a A ação educativa na perspectiva da teoria do agir comunicativo de Jurgen Habermas: uma abordagem reflexiva / Armindo José Longhi. – Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Mazzotta, Marcos. J.S. Educação Especial No Brasil: História e políticas públicas. 5ª.ed.-São Paulo: Cortez, 2005.

Meireles, Rosana Maria do Prado Luz**.** Políticas de inclusão e práticas pedagógicas na educação de alunos surdos: Programa de Bilinguismo de Niterói/RJ / Rosana Maria do Prado Luz Meireles, 2014.

Mendes, E. G. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

Moreira, M. A. Aprendizagem significativa: a teoria e textos complementares. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

Moreira, Marco A. A Teoria da aprendizagem Significativa Subsídios Teóricos para o Professor Pesquisador em Ensino de Ciências. Porto Alegre, Brasil; 2009, 2016.

Pintor, Nelma Alves Marques. Educação inclusiva. / Nelma Alves Marques Pinto. Rio de Janeiro: SESES, 2017.

Piovesan, Flávia - Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. Estudos feministas, Florianópolis, 16(3): 887-896, setembro-dezembro/2008 - JSTOR

Sassaki, Romeu Kazumi. Inclusão, construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Vygotsky, Lev. Semenovich. Obras completas. Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia. Havana; Editorial Pueblo y Educación; 1989/ 1ª reimpressão 1995